



Presidente **p.5**

Não se conhece nenhuma “reforma importante” do atual Executivo



Parlamento **p.14**

“Ambição muito pouquinho”

POVO LIVRE



n.º 1973
14 de junho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD



GOVERNO ALIMENTA ILUSÕES COM “CONVERSA FALSA”

Pedro Passos Coelho na apresentação dos candidatos autárquicos do distrito de Viseu



Pedro Passos Coelho na apresentação dos candidatos autárquicos do distrito de Viseu

Governo alimenta ilusões com “conversa falsa”

“Até hoje, só houve um Governo que tomou medidas que valeram mais de 4 mil milhões de euros para cortar em rendas de energia. E foi com essa decisão que hoje Portugal está a beneficiar de uma redução do défice tarifário”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Viseu, sábado, 10 de junho.

O líder do PSD referia-se às notícias que vieram recentemente a público, sobre a investigação que está a decorrer sobre contratos de energia, tendo sido revelado que os portugueses pagam mais do que deveriam pagar às empresas fornecedoras.

“E quem é que ouvimos criticar? Quem fez estes contratos há uns anos. Nós é que poupámos nos contratos”, disse.

Agora, o Governo diz que “vai à EDP arranjar maneira de ir buscar 500 milhões que se pagaram a mais. Só vão buscar 500 milhões, quando até hoje nada fizeram? Esta história do faz de conta não é uma conversa séria. Sabem que não estão a resolver nada e querem criar a expectativa que vão resolver problemas que não sabem resolver”, acusou.

Portugal precisa de ser governado de forma séria. Precisa de olhar para futuro, para uma economia “mais baseada no conhecimento e valor acrescentado. Se queremos corrigir as injustiças, temos de as atacar mais cedo”.

O governo PSD vinculou 4000 professores em dois anos. Até hoje, em ano e meio, o atual Governo vinculou mil. É preciso fazer mais do que fazer de conta. É preciso investir na Educação. E para isso não se podem fazer cortes cegos nos contratos de associação, remetendo dezenas de pessoas para o desemprego e dando piores condições aos alunos.



Governo alimenta ilusões com “conversa falsa”

Pedro Passos Coelho acusou o atual Governo de estar a fazer de conta que resolve os problemas e que os continua a “empurrar com a barriga”.

O líder do PSD lembrou que, quando este Executivo tomou posse, insistiu que “havia um problema relacionado com o malparado ocultado pelo governo anterior”. Diziam, na altura, que era preciso uma solução rápida.

“Disseram-nos durante todo o ano de 2016. Chegou a estar prometida uma solução, por Mário Centeno, para

dezembro de 2016. Chegámos a fevereiro e anunciaram que estavam a ultimar com o Banco de Portugal uma proposta para o malparado. Perguntámos qual era a solução. Nunca a disseram”, disse. Anunciavam, no entanto, que iam tendo reuniões e que estavam a cumprir o calendário.

Mas, “há uma semana, uma nova administradora do BdP deu uma entrevista a dizer que não era possível uma solução para o malparado, porque as leis europeias não o permitiam. Há novas leis? Não. Então como é que dizem que estavam a ultimar?”, questionou.

Afinal, o ministro das Finanças veio dizer “sem incómodo, pelos jornais, e não ao Parlamento, porque é esta a nobreza do exercício da política para este Governo, que cada banco ficará com o seu malparado e talvez haja a possibilidade de os bancos, de forma voluntária, entregarem essa gestão a uma entidade”, que ainda não é conhecida.

Tal como o líder da oposição denuncia, “andaram durante mais de um ano, conscientemente, a criar a ilusão de que era possível uma solução que não existia e que sabiam que não existia desde o primeiro momento. Andaram a alimentar uma conversa falsa.”

“Uma pouca-vergonha” nomeação de Lacerda Machado para administrador da TAP

O PSD não se demite de denunciar o que está a ser feito, como é o caso da nomeação de Diogo Lacerda Machado para a TAP. Este é mais um exemplo de “pouca vergonha, que fica tão mal a quem nomeia como a quem aceita. Esta não é uma forma séria de fazer política”.

“Isto é uma pouca-vergonha, não tem outra classificação. E fica tão mal a quem nomeia como a quem aceita”, afirmou Passos Coelho.

A decisão cabe ao Governo, mas que manter na administração da companhia aérea o nome da pessoa que esteve envolvida na negociação da reversão da privatização da TAP, de que resultou um contrato com o Estado, “ficará como uma nódoa na nova administração”.

Questionado sobre se o facto de o economista e militante do PSD Miguel Frasquilho presidir à administração da empresa não o tranquiliza, Passos Coelho afirmou que “uma coisa não tem nada a ver com a outra”, pois o Governo escolhe quem entender para representar o Estado nas empresas em que tem participação.

“Referi-me a uma situação em concreto que acho que não é uma situação correta”, disse, retomando declarações feitas no sábado à noite na convenção autárquica do PSD do distrito de Viseu.

Passos Coelho recordou que Lacerda Machado, “inicialmente até, ao que se dizia, ‘pro bono’, estava a negociar em nome do Governo a reversão da operação” de privatização da TAP, de que resultou “um contrato com o Estado para regularizar essa situação”, sendo agora nomeado como administrador da empresa em cujo processo negocial com o Estado esteve envolvido.

“Isso a mim parece-me que é uma coisa que é o que é, que eu já disse, e que ficará como uma nódoa na nova administração, disso não tenho dúvida nenhuma”, declarou.

Fundos europeus são importantes para o desenvolvimento nacional

Perante uma plateia cheia e perante os candidatos autárquicos do PSD ao distrito de Viseu, o presidente do PSD enalteceu o contributo da nova geração de autarcas em Portugal, capaz de acolher mais competências, para o desenvolvimento das regiões.

A propósito do desenvolvimento, Pedro Passos Coelho relembrou ainda a importância dos fundos europeus para o





avanço registado até hoje. “Muitas vezes, o apoio da União Europeia é esquecido por quem governa em Lisboa e por quem, nos municípios, nem sempre se apercebe de quanta importância adquire a transformação no nosso território, porque podemos aceder a financiamento europeu”, disse.

Tal como Pedro Passos Coelho afirmou, “está na moda criticar Bruxelas e a UE, mas muita da obra feita em Portugal foi possível porque tivemos bons autarcas e os meios financiados por fundos europeus para os concretizar. A opção que fizemos com a Europa foi consciente e acertada, e o nosso País mudou porque estivemos na UE e queremos estar na UE, e queremos que ela seja cada vez mais forte, transparente e presente nas nossas vidas.”

Ainda sobre o investimento, o líder da oposição criticou a ausência deste, mesmo em projetos que estavam orçamentados.

Dando o exemplo da ligação de Sátão a Viseu, Pedro Passos Coelho lembrou que “esta estava orçamentada, podia pagar-se. Mas porque não foi feita? Porque foi preciso cuidar do défice. A Infraestruturas de Portugal tinha esta obra no plano de atividades, mas não pode executar nem este nem muitos projetos porque o financiamento que vinha da contribuição rodoviária e do imposto sobre produtos petrolíferos não foi transferido, porque o Governo o gastou de outra maneira. Foi preciso esperar pelo fim de 2016 para perceber que um Governo que prometia gastar mais do que o anterior tinha cortado em relação ao precedente quase 1 ponto percentual do PIB”.

No sábado, o líder do PSD visitou ainda a Feira Medieval de Lamego.



Apresentação dos candidatos autárquicos do distrito de Santarém

Não se conhece nenhuma “reforma importante” do atual Executivo



Não se conhece nenhuma “reforma importante”, nenhum esforço “para ir mais longe” do atual Governo, que acusou de estar a viver da “herança do passado”. Num momento em que Portugal podia crescer, com reformas de futuro e com ambição, com mais justiça e com mais emprego, o atual Governo “faz de conta e empurra os problemas, vai dizendo uma coisa” e fazendo outra.

A denúncia foi feita este domingo, 11 de junho, por Pedro Passos Coelho, que enumerou vários casos em que a retórica do Governo não bate certo com a realidade, denunciando, assim, “a falta de projeto que o atual Governo tem para o futuro de Portugal, sendo por isso uma falsa alternativa”.

“Quem não se esforça para ir mais longe não chega lá. Pode viver de heranças, mas as heranças acabam, esgotam-se. Gostava de ouvir o Governo dizer uma coisinha, pouca que fosse, sobre o muito que tem de fazer se queremos ser ambiciosos”, afirmou o líder social-democrata.

Um dos exemplos prende-se com os contratos das rendas de energia. “Chegam ao absurdo de fazer a sugestão que quem os resolveu não resolveu nada. Os que criaram o problema vêm acusar-nos, a nós, que fomos os únicos a cortar mais de 4 mil milhões nestes contratos”, disse. Os mesmos que estão hoje no Executivo, eram os mesmos que “nos perguntavam porque não cortávamos mais. Como é que ano e meio não cortaram nadinha? Descubrem agora que talvez possam cortar 500 milhões. E ainda só estão a prometer. E isso é o mais fácil que vêm fazendo: prometer”.

As mesmas promessas se refletem na gestão do crédito malparado. Desde que tomou posse que este Go-



verno vem dizendo que tem uma solução para lidar com o malparado. “Mas qual é a solução? Recusam responder a esta pergunta aos deputados num dia, e no seguinte informam a comunicação social. É esta a consideração para com a representação democrática no parlamento, anos depois do 25 de Abril”, disse o líder da oposição.

Mas hoje sabemos que não há solução, pois “ficámos a saber que afinal o crédito malparado vai ficar como está nos bancos. E os bancos se quiserem poderão eventualmente recorrer a uma solução privada para gerir esses créditos.”

Aqueles que acusaram também o governo liderado pelo PSD de destruir a escola pública pecam por comparação. Em dois anos, o governo anterior vinculou 4000 professores. Desde que estão no Executivo, apenas foram vinculados pouco mais de mil.

Neste ano e meio, com o louvor do Bloco de Esquerda e do PCP, “ficaram agarrados ao défice e à dívida. Isto significou o corte de um ponto percentual em investimento público, em áreas chave como a Educação e a Saúde”.

Os cortes na saúde são, aliás, flagrantes. Este Governo “foi o que mais tarefeiros contratou, e dizem que estão a combater a precaridade. Disseram que a redução de 40 para 35 horas não ia ter custo. Agora vão reduzir 35% a contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde, e dizem que não vai haver problemas nos serviços”.

O que se passa, tal como denuncia Pedro Passos Coelho, é “que não há dinheiro, e por isso vão reduzir serviço. Os sacrifícios que fizemos não foram para gerir o país como se estivessemos em emergência financeira. É preciso tomar as decisões certas. E o Governo fez as suas opções, e quer fazer de conta que não têm consequência”.

Intenções do Governo são uma decepção

Na convenção autárquica distrital do PSD de Santarém, Pedro Passos Coelho lamentou que o Governo socialista tenha “desperdiçado” todo o trabalho feito em matéria de descentralização de competências e que, só em vésperas das eleições autárquicas, tenha “sinalizado uma vontade genérica” com um “projeto de intenções” que, na generalidade, “são uma decepção”, pois só quer transferir responsabilidades para os municípios sem dizer que meios vai disponibilizar.

Dirigindo-se aos autarcas e aos candidatos do partido às eleições de 01 de outubro, Passos Coelho afirmou que hoje, “felizmente, o país pode crescer” porque o seu Governo fez “o que era preciso” e também “porque a Europa está a crescer mais” e porque o turismo “está em alta”.

O trabalho feito na anterior legislatura, em que se contratualizaram novas competências entre a Administração Central e os municípios “lançou as sementes para que fossem trabalhadas mais competências, como o ordenamento de território e a capacidade de escolher projetos para atração de investimento”.

O PSD seguiu o caminho de negociação por saber que os municípios não são todos iguais, e que por isso seria muito difícil uma lei universal. Mas, “felizmente, temos competências muito mais desenvolvidas em todos os municípios. Temos mais profissionais e uma nova geração habilitada a novas competências. Nos últimos 35 anos, conseguimos, com o apoio de financiamento europeu, transformar para melhor a vida dos municípios”.



Por várias vezes nesta legislatura, o PSD levou o tema a debate, tendo sido as suas propostas rejeitadas ou postas na gaveta. Infelizmente, o trabalho que o PSD fez com as autarquias e com as entidades foi desperdiçado, “não quiseram continuar e avaliar essa experiência. Partimos

agora para uma discussão que não pode beneficiar do trabalho já feito, num desrespeito por muitos agentes da sociedade civil e das autarquias locais envolvidas, que hoje podiam ajudar na discussão.”

“O que o Governo fez foi a empurrar com a barriga. Foi preciso esperar por março para que o governo sinalizasse uma vontade genérica, que diz muito pouco. E foi preciso mais de dois meses e meio para que enviassem um conjunto de projetos de intenção à ANM para se perceber em que poderia consistir essa transferência de competências. São uma decepção, porque muitas das que estão previstas é o que já hoje existe. E isso não se compara que o que achávamos que era possível fazer”, afirmou.

Passos Coelho lembra que “o mais que querem fazer é transferir obra e fornecimento de mão-de-obra. Não querem transferir nenhum poder de decisão, só responsabilidade que o Governo sabe que não está em condições de fazer. Mas cometem um erro crasso, de não dizerem o que ser transferido.”

“É uma pena desperdiçar uma oportunidade tão boa para fazer algo mais profundo na descentralização”, disse.

Agricultura para acrescentar valor às exportações

Em visita à Feira Nacional da Agricultura, Santarém, domingo, o presidente do PSD realçou o papel da agricultura na redução das importações incorporadas em produtos que o país exporta, contribuindo para a introdução de valor acrescentado nas exportações portuguesas.

Pedro Passos Coelho disse que a agricultura pode “acrescentar mais valor” à produção e, sobretudo, às exportações, frisando que o país precisa, nos próximos anos, de crescer muito nas exportações “com mais valor acrescentado”.

“A minha perspetiva era que pudéssemos chegar a 2020 com cerca de 50% do Produto Interno Bruto em exportações portuguesas, mas mais importante do que ter metade do produto exportado é ter metade do produto com mais valor acrescentado, quer dizer com menos importações medidas nos produtos que exportamos, porque isso significaria que mais valor fica, mais rendimento fica em Portugal, e é isso que nos interessa”, afirmou.

Para o líder social-democrata, a agricultura, seja primária seja transformada, pode representar “um impulso muito grande” para introduzir cada vez mais valor acrescentado no que o país pode exportar.

“Agora para isso é preciso que algumas condições se vão verificando”, disse, sublinhando que na visita à feira encontra “uma boa oportunidade para poder ouvir as pessoas que trabalham nesta área”, conhecendo as suas expectativas e propostas, para “saber em que medida é que os poderes públicos podem Pedro

Passos Coelho afirmou que o certame que se realiza em Santarém há mais de meio século é “um marco importante” de um setor que “cresceu muito ao longo dos últimos anos” e que “foi muito importante para o crescimento da economia” nacional.

A 54.ª Feira Nacional de Agricultura/64ª Feira do Ribatejo, cuja temática incide nos “Cereais de Portugal”, decorre entre 10 e 18 de Junho, no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA), em Santarém.



Cortes nos contratos de associação afetam alunos e famílias



Os cortes nos contratos de associação anunciados pelo Governo estão a afetar alunos e famílias. “Muitas crianças que tinham aulas perto de casa, em instalações confortáveis, foram obrigadas a fazer percursos longuíssimos para escolas que não estavam preparadas para as receber”, denunciou Marco António Costa, deputado, após receber a Associação das Escolas do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), 8 de junho, para avaliar o impacto das alterações nos contratos de associação no atual ano letivo. “No final do dia, o que nós temos é crianças vítimas de caprichos ideológicos”, alerta.

Governo revela “atitude persecutória”

“Aquilo que avaliamos é que, por caprichos ideológicos, está a haver uma atitude persecutória”, denuncia Marco António Costa. O vice-presidente do PSD refere que cerca de 16 mil famílias foram e serão afetadas pela decisão do Executivo. Prevê-se, ainda, que cerca de dois mil profissionais fiquem no desemprego. “Estamos a falar de uma decisão que, a nível local, na esmagadora maioria dos casos os partidos que sustentam o Governo reconhecem que são decisões iníquas e que não serviram, seguramente, as populações”, acrescentou.

De acordo com Marco António Costa, o primeiro-ministro afirmou, por diversas vezes, que “encontraria soluções alternativas ao problema que estava a ser criado”, contudo tal não se verificou até à data. Relembra, por isso: “é muito comum ouvirmos o senhor primeiro-ministro dizer que palavra dada é palavra honrada. Aqui, mais uma vez a palavra dada não está devidamente honrada pelo Ministério da Educação, nem pelo Governo”.

“Passado um ano não há da parte do Governo uma avaliação adequada do mal que fizeram a todas estas pessoas, crianças em particular e famílias. Continuam a persistir no erro, por cegueira ideológica”, alerta o vice-presidente do PSD que lembra que o PSD tem feito várias perguntas sobre o assunto, estando o Executivo a violar a lei por não responder. “Há neste Governo uma falta de respeito democrático pela oposição”, sustenta.

No final do encontro, o diretor-executivo da AEEP, Rodrigo Queiroz e Melo, alertou que, no próximo ano letivo, dos 76 colégios com contrato de associação deverão restar “apenas sete ou oito”.

“São 45 mil alunos que eram educados no mesmo projeto educativo, com posses ou sem posses”, disse, calculando que, desses, apenas 30 a 40% dos alunos terão capacidade para se manter nos mesmos colégios, o que implicará encerramento de turmas e despedimento de profissionais.

A AEEP não prevê, para já, novos protestos, mas não abdicará de prosseguir com os processos em curso em tribunal, por considerar que “não há nenhuma base técnica” para as decisões tomadas pelo atual Governo.



Matos Rosa em Vila Nova de Poiares

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na sessão de apresentação de candidatura de Pedro Coelho à câmara municipal de Vila Nova de Poiares (distrito de Coimbra), sábado, 10 de junho de 2017.



Lista negra de paraísos fiscais

Mário Centeno deve esclarecimentos ao País

O ministro das Finanças deve prestar esclarecimentos após anúncio da retirada da lista negra de paraísos fiscais como o Uruguai, Jersey e Ilha de Man. O PSD entregou um requerimento para a audição de Mário Centeno, no Parlamento, com caráter de urgência. “A retirada de territórios da lista tem como consequência, entre outras, que as transferências para esses destinos deixam de ser comunicadas”, pelos bancos, “à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). No caso em apreço, entre 2009 e 2015, mais de 4.800 transferências tiveram como destino as três jurisdições excluídas pelo Governo, num valor acumulado superior a 1.800 milhões de euros”, refere o requerimento apresentado pelo PSD.

Para António Leitão Amaro, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, “subsiste uma contradição grave, uma decisão politicamente e financeiramente impactante, à revelia dos serviços e, tão ou mais grave do que tudo, uma decisão que retira três territórios que, nos últimos seis anos, significaram 1.800 milhões de euros em transferências sem cumprir os critérios da lei”.

Esta não é a primeira vez que os social-democratas pedem explicações a Mário Centeno sobre este assunto. Em 23 de fevereiro, o PSD dirigiu uma pergunta sobre o compromisso do Governo no combate à fraude e evasão fiscais que, até à data, ainda não obteve resposta.

Ministro das Finanças e secretário de Estado apanhados em contradição

No requerimento, entregue pelo PSD, existe referência à “grave contradição entre as afirmações do senhor Ministro na COFMA – que se comprometeu a enviar o parecer da AT sobre o cumprimento de cada um dos critérios para retirada da lista de paraísos fiscais e a resposta da AT sobre cada critério para cada território – e as do Senhor Secretário de Estado no Parlamento Europeu – que referiu não existir um parecer”.

António Leitão Amaro diz, ainda, haver “graves dúvidas sobre a legalidade da portaria” através da qual foram retirados os territórios da lista. Em causa está o não cumprimento de todos os critérios legais e, de acordo com o social-democrata, do “requisito mais importante, aquele que respeita à existência e um regime fiscal claramente mais favorável”.

O PSD acusa o ministro das Finanças de, em maio, ter omitido um dos quatro critérios que permitem a retirada da lista de paraísos fiscais, nomeadamente aquele que se refere à “inexistência de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, existindo, a taxa aplicável seja inferior a 60 % da taxa de imposto prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC”. Os deputados justificam que “tal omissão levanta graves dúvidas sobre o cumprimento deste requisito constante da Lei Geral Tributária – precisamente o requisito mais importante, aquele que respeita à existência de um regime fiscal claramente mais favorável – logo, lançando graves dúvidas sobre a legalidade da Portaria”.



Acompanhe-nos
no dia-a-dia...

PSD
TV



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

Descentralizar educação e saúde, com transferências de IVA e IRC

O Governo deve entregar ao parlamento os diplomas e trabalhos relativos à descentralização, remetidos à Associação Nacional de Municípios (ANMP), de acordo com requerimento apresentado, esta terça-feira, pelo PSD. “É consensual a necessidade de conhecer os diplomas setoriais” previstos pela Proposta de Lei do Governo, “para que se possa proceder à sua análise e compreender quais são as competências que, em cada área, o Governo pretende transferir.

“É uma enorme desconsideração ao Parlamento o facto de o Governo não entregar à comissão os anteprojetos”, refere Berta Cabral, deputada. “Queremos deixar bem claro que o processo de descentralização não poderá avançar sem uma apreciação do conjunto de diplomas que irão operacionalizar a transferência de competências”, salienta a vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

PSD lidera projeto de descentralização

“O Poder Local está diferente”, afirmam os deputados do PSD. “Está consolidado. São 41 anos de história democrática nas autarquias, nas juntas de freguesia, nas assembleias municipais”, referem. Agora, “é tempo de levar a cabo uma verdadeira descentralização. E o Partido Social Democrata tem liderado este projeto”.

Para o PSD, é preciso diminuir as assimetrias territoriais, atrair pessoas para os centros históricos, criando atratividade e oportunidades de emprego.

É preciso fixar empresas e atrair investimento em todo o território. Se forem valorizados os recursos próprios de todos os territórios, estes podem criar um dinamismo económico local, com capacidade para contagiar a economia nacional. As transferências na área da Educação, Saúde, licenciamento turístico, cultural e comercial, devem ser acompanhados por receita do IVA e IRC, este último para as regiões de baixa intensidade. Mas, ao mesmo tempo, não pode aumentar a despesa do subsector Estado.

Várias foram as oportunidades de apresentação de propostas para a descentralização. Foi o que sucedeu no debate sobre o Plano Nacional de Reformas, propondo várias recomendações a defender a consagração de um processo de descentralização mais ambicioso. Muitas recomendações foram reprovadas, não tendo sido ainda levadas ao terreno as que tiveram luz verde.

Já no debate do Orçamento do Estado para 2017, o PSD levou ao Parlamento um conjunto de medidas para a descentralização de competências em áreas como a educação, a saúde, a cultura, a gestão do território, a gestão florestal. O resultado foi idêntico: medidas chumbadas.

Mais recentemente, a maioria revelou que tinha interesse em debater a descentralização, respondendo a um calendário político próprio, mais perto da data das eleições. O PSD voltou a apresentar propostas e ideias. Do lado do Governo, um conjunto de intenções mal preparadas, sem futuro e sem uma discussão séria.

O PSD apresentou ainda no parlamento, em março deste ano, a proposta de criação de uma comissão eventual sobre descentralização que permitisse, num tempo mais curto, usar os melhores recursos que o Parlamento tem para fazer o trabalho que, em ano e meio, o Governo não tinha feito para preparar as decisões. Uma ideia que foi, também, chumbada.



Governo falha no apoio às instituições de solidariedade



este ano. Até ao momento, esse apoio ainda não chegou.

No âmbito do FEAC, os Estados-Membros podem solicitar apoio financeiro para programas que visem a distribuição, através de instituições parceiras, de cabazes de alimentos às pessoas mais carenciadas, assim como vestuário e outros bens essenciais aos sem-abrigo e a crianças em situação de carência.

O Governo do PS, aliado ao PCP e BE, está a falhar no apoio às instituições de solidariedade social, privando milhares de carenciados portugueses de apoios essenciais à alimentação, acusa o PSD que pretende apurar a razão pela qual o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) não foi executado em 2016, nem em 2017, até à data.

Margarida Balseiro Lopes chama a atenção “para as graves dificuldades das instituições de solidariedade social no apoio a mais de meio milhão de portugueses, nomeadamente na ajuda alimentar”, provocadas pela negligência ou falta de vontade deste executivo.

Já em dezembro do ano passado, o Governo foi questionado, pelos deputados do PSD, sobre a não execução do FEAC. “O PSD exige explicações da parte do Governo uma vez que, seis meses decorridos após termos questionado o Governo, ainda não foi dada resposta”, afirma Margarida Balseiro Lopes.

De acordo com a comunicação social, o Governo terá desperdiçado, por inércia, o financiamento de 28 milhões de euros, respeitante ao ano de 2016, temendo-se que o mesmo aconteça este ano.

Em 2015, esta ajuda chegou a mais de 400 mil portugueses. Com o atual Executivo, ainda não foi distribuído qualquer apoio, apesar de, em janeiro passado, o ministro da tutela ter prometido a distribuição de 30 milhões de euros em alimentos,



CGD

PS, BE e PCP boicotam inquérito e contrariam tribunais

Ao impedirem o acesso a documentação relevante sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), PS, Bloco de Esquerda e PCP estão a “instrumentalizar, a boicotar, em suma, a destruir” o propósito da primeira Comissão de Inquérito sobre o banco público. “Mataram qualquer possibilidade de os portugueses saberem o que se passou na CGD”, acusou Hugo Soares, deputado do PSD.

Na reunião de 8 de junho, Hugo Soares, que integra a Comissão de Inquérito, criticou os três partidos da esquerda por negarem à comissão de inquérito “a possibilidade que dois tribunais superiores deram a esta comissão de ter acesso a documentação em que poderia perceber o que aconteceu na CGD”.

Hugo Soares recorda que o trabalho da Comissão é apurar as necessidades de capitalização da Caixa e que só será possível com ao acesso aos documentos solicitados.

“Se temos documentação para receber, com decisões dos tribunais superiores favoráveis; se temos uma auditoria independente, não podem nem devem ser os políticos a caucionar o fecho desta comissão parlamentar de inquérito”, afirmou Hugo Soares, na sua intervenção.

Em concreto, PS, BE e PCP rejeitaram o requerimento do PSD para suspender a primeira comissão de inquérito à Caixa até haver decisões judiciais finais sobre a divulgação de documentos.

“Não é o tempo que passa que deve impelir os deputados a tomar decisões. São os factos a que esta Comissão se propôs chegar”, continuou Hugo Soares, referindo-se a um requerimento também subscrito pelo CDS.

Para o vice-presidente do PSD, o comportamento da esquerda mostra que os três partidos “têm medo” que se descubra o que se passou na CGD, desde 2000.

Assim, o PSD, anunciou Hugo Soares, não irá participar, nem fazer audições até ao fim do mandato da Comissão, em julho, porque isso significar “estar a fazer de conta”.

PSD quer uma solução urgente para a Fábrica da Rolha

O PSD recomendou ao Governo, com urgência, “uma solução”, para, “minimizar o estado de degradação a que o edifício da Fábrica Robinson tem estado sujeito ao longo dos últimos anos. Localizada no centro histórico de Portalegre, a então “Fábrica da Rolha” chegou a empregar cerca de 2000 trabalhadores no início do século passado.

“O PSD está preocupado com a degradação que ameaça o património industrial da Fábrica Robinson, ou como era conhecida popularmente a ‘Fábrica da Rolha’, que representa um legado material e imaterial das pessoas de Portalegre, da região e do País”, alerta Cristóvão Crespo. O deputado afirma que “a Fábrica Robinson foi o ‘berço’ de um período áureo de industrialização de Portalegre que depois se alargou a outros setores, tornando emblemática a vocação industrial da cidade”.

Dadas as referências que significam no passado coletivo de uma região, “o PSD apoia todas as iniciativas que visem a salvaguarda do património industrial e arqueológico, mas também é muito exigente e responsabiliza, em particular o Governo, pelo papel que lhe compete no acionar de mecanismos de preservação, que permitam a valorização em múltiplas vertentes”.

Ao longo de 160 anos, a Fábrica Robinson representou a iniciativa empresarial num setor tradicional português: a indústria da cortiça – um recurso endógeno, que da produção no montado do sobro à transformação por processos industriais, assegura o ‘saber fazer’ de uma comunidade.

Para o PSD, “salvaguardar o património industrial português é garantir o acesso e a fruição do mesmo às gerações futuras”.



Cristóvão Crespo realça, ainda, que os governos liderados pelo PSD “deram contributos para salvaguardar, valorizar e proteger tão valioso património”. São disso exemplo a classificação do conjunto constituído pela Igreja e antigo Convento de São Francisco e da Fábrica Robinson como Conjunto de Interesse Público (CIP).

Instalada e localizada no centro histórico de Portalegre

desde 1837, a Fábrica Robinson tem desempenhado um papel preponderante na economia local e nacional. Em 1848, passou para a família George William Robinson, data em que foi adquirida a propriedade. Em 1900, a “Fábrica da Rolha”, como era conhecida à época, empregava perto de 2000 trabalhadores. A Fábrica Robinson ocupa uma área de sete hectares, representa um património material e imaterial de valor incalculável.

PSD apresenta contas e reduz prejuízo



Em 2016, o Partido Social Democrata ajustou-se à diminuição da redução de subvenção estatal (que diminuiu 19%, o que corresponde a 1,350 milhões de euros), e reduziu a despesa em cerca de 350 mil euros no conjunto dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal.

O PSD registou um prejuízo 27% inferior (cerca de 660 mil euros) face ao período anterior, totalizando cerca de 1,788 milhões de euros. Em 2015, o prejuízo situava-se em cerca de 2,443 milhões de euros.

No balanço, o Património Ativo - que compreende essencialmente os bens de imobiliários e mobiliários, Contas a Receber e as Disponibilidades (onde se incluem os depósitos bancários) - ascende a 9,611 milhões de euros, o que, comparativamente ao ano anterior, representa um decréscimo de 2,270 milhões de euros, ou seja, verificou-se uma redução de 19,1%.

O passivo totaliza 8,422 milhões de euros, e regista uma diminuição de 3% face a 2015, altura em que se situava em 8,658 milhões de euros.

O endividamento à banca foi reduzido em 300 mil euros e, atualmente, cifra-se nos 2,990 milhões de euros, dos quais 2,585 milhões de euros correspondem à CPR Madeira, 205 mil euros correspondem à CPR Açores, e 199 mil euros para aquisição de sedes.

As dívidas a fornecedores situam-se nos 3,650 milhões de euros, sendo de atividade corrente 1,919 milhões de euros (dos quais 281 mil euros para a sede nacional e 1,638 milhões de euros para as estruturas). As outras contas a pagar ascendem a 1,782 milhões de euros.

Os custos com salários mantêm-se inalterados, verificando-se uma variação insignificante devido à aposentação de alguns funcionários. Durante o ano de 2016, dez funcionários saíram do quadro de

pessoal, pelo que, atualmente, e em todo o País, o PSD tem 84 funcionários.

Em 31 de dezembro de 2016, o PSD tinha 94 636 militantes ativos, onde se incluem 17 208 da JSD, o que corresponde a cerca de 1,032 milhões de euros anuais em quotizações.

O Partido Social Democrata apresentou as suas contas anuais de 2016 no Tribunal Constitucional, no passado dia 29 de maio de 2017.

Em anexo às suas contas consolidadas foram incluídas as contas dos três grupos parlamentares na Assembleia da República e nas Assembleias Legislativas Regionais.

O PSD pauta, como sempre, a sua atividade financeira pela transparência e rigor, assegurando o cumprimento das normas, regulamentos e leis em vigor.

Luís Montenegro no debate quinzenal

“Ambição muito poucozinha”

Luís Montenegro acusou no debate quinzenal, dia 8 de junho, o primeiro-ministro de ter uma “ambição muito poucozinha”, depois de querer apresentar um suposto “sucesso no ano escolar e normalidade nas escolas”. Para o presidente do grupo parlamentar do PSD, trata-se de “ver a realidade com um desvio muito acentuado”.

“As escolas encerraram por falta de funcionários” e o ano “ficou marcado, pela primeira vez em muitos anos, pelo acréscimo da taxa de abandono escolar”. O líder parlamentar lembrou, ainda, que “as escolas foram obrigadas a viver em média com cerca de 20% a menos nas transferências do Ministério da Educação”.

“Estamos, ainda, muito longe de poder conjugar o seu discurso com a realidade que as pessoas, os alunos e as famílias sentem na escola”, disse, lembrando a visita de António Costa a uma escola de Odivelas na qual “ouviu o retrato fiel de uma mãe” que, segundo Luís Montenegro, se queixou da falta de obras na escola, assim como de auxiliares.

Discurso desfasado da realidade “atinge todos os serviços públicos”

Para o líder da bancada parlamentar, “é uma marca que atinge todos os serviços públicos”. Acusou, por isso, o primeiro-ministro de ter cumprido o défice e de devolvido rendimentos à custa da “falta de investimento na escola e no Serviço Nacional de Saúde”.

António Costa mostrou desconhecer quem, em junho de 2016, disse que: “a aquisição do trabalho temporário médico, através de empresas atinge hoje um valor próximo dos 80 milhões de euros. É, de facto, um caminho que tem de ser invertido, não somos imprudentes ao ponto de pensarmos que podemos fazer isto de uma forma precipitada, principalmente no período do verão, em que a dependência dos hospitais, nomeadamente do interior é muito forte deste tipo de recursos”.

Luís Montenegro recuperou a expressão do ministro da Saúde para interpelar o primeiro-ministro sobre “o que é que mudou desde o verão de 2016 para o verão de 2017?”. Referiu-se, assim, ao decreto-lei que, publicado esta semana, “obriga de forma cega todas as unidades de saúde a diminuir em 35% a contratação” de prestação de serviços. “Pode garantir que os serviços não vão ser afetados?”, perguntou o líder do grupo parlamentar para depois acrescentar que “aquilo que dá tranquilidade às pessoas é saber que consultas e cirurgias marcadas vão mesmo realizar-se”. Segundo disse, “não é o que está a acontecer”, pois há consultas adiadas e “as reclamações dispararam em flecha”.

Luís Montenegro afirmou ser preferível uma gestão adequada dos recursos humanos e financeiros. “O que preferia era que não tivesse revertido reformas estruturais que dão sustentabilidade aos serviços públicos”, criticou. Na sequência de resposta de António Costa, que acabou por comentar que “no Algarve se for preciso, no verão, contratar mais gente é para contratar”, Luís Montenegro perguntou: “se não vai cortar 35% no verão, então quer dizer que vai cortar quanto no resto do ano?”.

Paraísos fiscais: “houve ou não parecer da AT?”

O Governo, com a cumplicidade do BE e do PCP retirou três territórios da lista negra de paraísos fiscais e o líder da bancada parlamentar solicitou que António Costa respondesse de forma objetiva à questão: “houve ou não parecer da AT para que Uruguai, Jersey e Ilha de Man tivessem saído da lista negra dos paraísos fiscais?”. Por três vezes, Luís Montenegro perguntou e por



três vezes recebeu respostas pouco claras por parte de António Costa.

Luís Montenegro aproveitou para salientar a divergência, já denunciada, entre o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o ministro das Finanças, quanto à eventual existência de pareceres do Fisco à retirada de paraísos fiscais da lista negra de offshores. “O padrão de comportamento dos membros do seu governo é este”, questionou. “Há completa impunidade, cada um diz o que quer?”, acrescentou.

“Quem é que vai financiar esta solução para o crédito malparado?”

Luís Montenegro questionou ainda “o famoso veículo” para o crédito malparado “que disse que ia criar” em alternativa ao banco mau. “Andamos há ano e meio a ouvi-lo falar de reuniões”, acrescentado que chegou

mesmo a referir-se a datas de concretização. Recordou Elisa Ferreira que, da administração do Banco de Portugal e “pessoa muito próxima do Partido Socialista”, disse que “não há condições para criar um veículo que permita resolver o problema do crédito malparado, no seu entender por causa da legislação europeia”.

Perguntou, por isso, a António Costa: “há condições na Europa ou não há?”. Referiu-se a uma pergunta simples e pediu ao primeiro-ministro para se “deixar de conversa”. “Quem é que vai financiar esta solução para o crédito malparado que foi criada na altura dos governos do PS? Explique tanta reunião, tanta conversa”, desafiou Luís Montenegro. “Qual é o modelo, como é que vai ser financiado e como é que vai funcionar?”.

O PSD quer “ouvir notícias que possam tranquilizar as pessoas”, afirmou o líder do grupo parlamentar. “Mas olhe que, muitas vezes, as pessoas ouvem falar do aumento do IMI, dos combustíveis, dos impostos, nomeadamente dos indiretos”, acrescentou em jeito de quem quer contrariar a tendência do atual Executivo em só comentar as boas notícias.

Cerimónias do Dia de Portugal

Presidente da República fez discurso “inspirador”



No final da cerimónia militar de Comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Porto, 10 de junho, o líder do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro, considerou o discurso do Presidente da República nas comemorações do 10 de Junho como “inspirador e muito singelo”.

“Foi um discurso inspirador daquilo que é ser português, daquilo que é a vocação ecuménica e universalista de Portugal e, sobretudo, de confiança na nossa capacidade de superação”, disse.

Na sua opinião, o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, fez um discurso de “inspiração e de mobilização” do país em torno daquilo que é a sua capacidade de ultrapassar as dificuldades que, ao longo da história, vai vivendo.

“Falou num país mobilizado em torno da ideia de justiça social, solidariedade e criação de riqueza porque são as condições para termos mais bem-estar e mais prosperidade”, salientou o deputado.

Questionado sobre a responsabilidade dos partidos nesta matéria, Luís Montenegro frisou que cada força política tem a sua responsabilidade quer esteja no Governo, quer esteja na oposição, dando o seu contributo para encontrar as melhores soluções para ultrapassar os problemas da sociedade.

O Presidente da República defendeu no seu discurso do Dia de Portugal um país “independente” e “livre da sujeição”. Para o chefe de Estado, neste Dia de Portugal importa afirmar que se pretende no futuro um país “independente e livre”. “Independente do atraso, da ignorância, da pobreza, da injustiça, da dívida, da sujeição. Livre da prepotência, da demagogia, do pensamento único, da xenofobia e do racismo”, disse.

Além do líder do grupo parlamentar do PSD, esteve presente a assistir à cerimónia militar o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.



Governo mina autonomia dos magistrados

Para compreender as razões da instabilidade entre o Governo e os magistrados – após ameaça de protestos, greves e boicotes – o PSD recebeu, dia 6, no parlamento, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP). “O grupo parlamentar do PSD estava já preocupado, antes desta reunião com os magistrados do Ministério Público (MP)”, afirma Carlos Abreu Amorim, vice-presidente do grupo parlamentar, acusando o Governo de “mudar a filosofia e a lógica do Ministério Público” e concluindo que saiu da reunião “ainda mais preocupado”.

Entre as preocupações estão “a perda de autonomia interna dos magistrados do MP, a questão das carreiras, do alargamento das infrações e o aumento da gravidade das exceções disciplinares”, explica Carlos Abreu Amorim.

O Ministério da Justiça remeteu, na sexta-feira, a primeira proposta de revisão dos Estatutos, que diz dignificar a classe e a adequar-se às alterações introduzidas com a nova organização do sistema judiciário, mas deixou nota de que o documento “não contém as normas relativas à retribuição, que se encontram ainda em consolidação”.

“Apresentar uma proposta de estatuto sem estatuto remuneratório é brincar um bocadinho com a situação, sem isso a revisão do estatuto está manca”, criticou Carlos Abreu Amorim.

Os magistrados esperam que os novos estatutos resolvam reivindicações relacionadas com o aumento do suplemento salarial de exclusividade, progressão na carreira, reforço das garantias de independência e articulação dos estatutos com a nova organização dos tribunais.

“Não me recordo de nenhum momento de tão grande crispação entre as duas magistraturas e o poder político, designadamente, o Governo”, sublinha o vice-presidente da bancada parlamentar, deixando um conselho ao executivo socialista: “julgamos que o Governo deve tentar, num espírito de cooperação e negociação democrática, limitar os danos que já causados”.

O projeto apresentado pelo Governo é muito diferente do projeto inicial, pelo que interessa perceber quais as razões que motivaram esta mudança.



Redução de meios põe em causa operacionalidade do INEM



O plano de reorganização do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) prevê a redução de horários de funcionamentos das ambulâncias, denunciou, dia 7, em Comissão de Saúde, Miguel Santos, deputado do PSD, pedindo ao ministro da tutela que facultasse o plano de reorganização. O plano “existe e prevê”, em diversos locais do País, “a redução de horários de funcionamento de ambulâncias do INEM”, afirmou.

O ministro da Saúde, sem negar a existência do documento, responde que se trata de um “documento técnico” sem homologação do ministério. Apesar de um aparente “recuo do Governo”, a redução de meios do INEM em algumas áreas do País (ver infografia) não é um assunto “encerrado”. Segundo denuncia Miguel Santos, “o Governo afirma que não foram encerrados os meios, mas fomos verificar ao terreno o que se está a passar”. Um pouco por todo o País, há ambulâncias que não estão a assegurar turnos da tarde ou noite, segundo alerta o PSD (ver caixa).

O social-democrata recordou que deputados e presidentes de câmaras municipais fizeram perguntas após terem vindo a público notícias que davam conta da redução do serviço prestado pelo INEM. O Governo veio informar que “não se verificará o encerramento de qualquer meio de emergência”, mas Miguel Santos acusou o ministro da Saúde de se ter “vangloriado do diálogo com os autarcas”, motivo pelo qual o desafiou a responder se efetivamente o concretizou.

Respostas do Ministério não correspondem à realidade:

Miguel Santos deu alguns exemplos de meios do INEM que, pelo País fora, não estão a funcionar.

Espinho: “ambulância não está a fazer os turnos da tarde e da noite”.

Vila Nova de Gaia: “ambulância não está a fazer o turno da noite”.

Olivais (Lisboa): ambulância “não tem cumprido o horário da tarde”.

Avenida de Roma (Lisboa): “uma ambulância não está a assegurar as noites, a outra tem estado inoperacional à tarde”.

Amadora: ambulância “não tem feito o turno da noite”.

Recrutamento para orientar doentes através de prestação de serviços

O PSD alertou o Parlamento para a existência de “anúncios de contratação para o CODU (Centros de Orientação de Doentes Urgentes)”, o que, para o social-democrata, “é curioso”, na medida em que “são empresas privadas que querem contratar operadores de ‘call center’ para o Porto, Coimbra e Lisboa”. É que, lembrou, “ainda ontem entrou em vigor uma norma de execução orçamental, reduzindo em 35% a prestação de serviços, mas o INEM anda a recrutar através de empresas de prestação de serviços”. Para Miguel Santos trata-se de uma “incongruência” que resulta da “incapacidade” do ministro da Saúde em “acautelar o efeito das 35 horas: um ano depois, em prestação de serviços o Estado está a gastar bastante mais do que anteriormente”.

Em 22 de junho de 2016, Adalberto Campos Fernandes afirmava que “a aquisição de trabalho temporário médico, através dessas empresas, atinge um valor próximo dos 80 milhões, é de facto um caminho que tem de ser invertido, nós [Governo] não somos imprudentes ao ponto de podermos fazer isto de uma forma precipitada, principalmente num período de verão”. A declaração foi recordada por Miguel Santos, que salientou que no final de 2016 acabou por gastar 98 milhões de euros na referida aquisição, para depois criticar: “É exatamente isto que o senhor ministro disse que não fazia há um ano e que está a acontecer agora num período de verão, porque foi incapaz de acautelar as 35 horas”.

Programa para reduzir desemprego jovem



O PSD/Açores vai colocar à discussão pública uma iniciativa de rejuvenescimento na administração pública regional, denominada “Programa Gerações”, que visa contratar jovens qualificados para os quadros da função pública, anunciou Duarte Freitas.

O líder do PSD/Açores, que falava na abertura do colóquio sobre solidariedade intergeracional, em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, 7 de junho, afirmou que o programa prevê que, durante dois anos, os funcionários públicos com 60 ou mais anos de idade, que assim o desejem, possam antecipar a sua aposentação, com “condições financeiras mais atrativas, em vez de serem fortemente penalizados no cálculo da reforma como são atualmente”.

“O ‘Programa Gerações’ é assim um instrumento de apoio a todos os funcionários públicos que desejem reformar-se mais cedo, de modo a estarem com a família ou a dedicarem o seu tempo a atividades em prol da comunidade”, declarou o presidente dos social-democratas açorianos.

Duarte Freitas adiantou que, simultaneamente, a iniciativa “constitui uma janela de oportunidade que se abre” para os jovens açorianos, integrando “novos valores e capacidades” nos quadros da administração pública regional.

“Esta proposta do PSD/Açores tem ainda uma terceira virtude, que é não representar qualquer acréscimo de despesa para o Orçamento regional. Em suma, com esta proposta, o PSD/Açores pretende dar uma nova esperança à juventude açoriana, combater o desemprego jovem e cumprir um desejo de muitos funcionários públicos”, declarou o dirigente.

Para Duarte Freitas, os obstáculos à reforma antecipada “desejada por muitos funcionários públicos” constituem igualmente um “bloqueio à contratação de jovens para a administração pública”, o que “não contribuiu para que se promova a solidariedade intergeracional, bem pelo contrário”.

“O que temos são duas gerações prejudicadas: os funcionários públicos com mais de 60 anos são obrigados a trabalhar cada vez mais; e os jovens qualificados não têm oportunidade para ingressar na administração pública. Ou seja, não se incentiva o envelhecimento ativo e adia-se o futuro de muitos jovens açorianos”, afirmou Duarte Freitas.

O líder do PSD/Açores destacou que apesar da atual geração de jovens açorianos ser a “mais qualificada de sempre, continua a ver o seu futuro adiado em sucessivos estágios ou programas ocupacionais”.

“A prova disso é que a taxa de desemprego jovem nos Açores aumentou, contrariando a tendência verificada nos restantes escalões etários”, acrescentou.

Citando dados do Instituto Nacional Estatística (INE), relativos ao primeiro trimestre de 2017, Duarte Freitas declarou que a taxa de desemprego jovem nos Açores aumentou para 30 por cento, sendo superior à média nacional. “Significa isto que quase um em cada três jovens nos Açores está desempregado. Isto apesar de todos os programas ocupacionais que existem e em que os jovens sentem a precariedade da própria precariedade”, apontou.

O líder social-democrata disse ainda que esta iniciativa de criação do “Programa Gerações” surge também no seguimento da recente afirmação do Presidente da República, na visita que fez à Região, de que “em democracia é tão importante o governo como a oposição”.

“Ao apresentar esta proposta concreta de combate ao desemprego jovem, o PSD/Açores responde positivamente à mensagem do senhor Presidente da República e cumpre aquilo com que se comprometeu perante os eleitores, que é trabalhar arduamente para resolver os problemas das pessoas”, concluiu Duarte Freitas.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

PSD dá pontapé de saída

Conselho Nacional reafirma no referendo da regionalização



página 7

Tribunal Constitucional determina

1ª pergunta do referendo é sim ou não ao modelo e ao mapa das 8 regiões

página 6

PSD pergunta no Parlamento

Como vai o descalabro financeiro no Ministério da Saúde ?

página 12

Alberto João Jardim apoia Marcelo

PSD/Madeira diz não no referendo da regionalização

página 6



As verdades inconvenientes no dossier CGD

Luís Marques Guedes (*)

A Comissão de Inquérito aos compromissos assumidos pelo Governo na contratação da equipa do Dr. António Domingues para a CGD, infelizmente sem surpresa, é alvo de um objetivo silenciamento mediático ao que de relevante nela ocorre, atitude hoje tão comum a tudo o que ponha em causa as verdades alternativas que o atual poder político alimenta e a comunicação social subservientemente favorece.

E, no entanto, os seus trabalhos têm sido reveladores.

António Domingues afirmou, sem rodeios, que desde o primeiro momento do convite que lhe foi dirigido enunciou a necessidade de afastamento da obrigação legal de declaração pública do património dos membros do seu Conselho de Administração como condição essencial.

Mais afirmou que indicou ao Governo um escritório de advogados da sua inteira confiança para construir as alterações legais necessárias para alcançar esse objetivo, e que a fórmula encontrada se consubstanciou na alteração ao Estatuto do Gestor Público, prestimosamente aprovada pelo Governo.

Que esse foi um pressuposto por ele assegurado, e garantido, os membros da equipa que convidou, pressuposto tão essencial que quando o Governo o desdisse, deixando-o a falar sozinho, ele e a maioria da sua equipa em resultado disso se demitiram.

Ficamos conversados quanto à patranha inventada de “erros de perceção mútua”.

O depoimento do Governador do Banco de Portugal foi igualmente revelador.

Cito três aspetos de relevância política óbvia para desmontar a verdade alternativa circulada:

- O Plano de reestruturação/recapitalização da CGD elaborado pelo Dr. António Domingues, enquanto ainda se mantinha vice-presidente de um banco privado concorrente, teve de beneficiar do acesso a informação interna da carteira de ativos e créditos da CGD a que só os acionistas podem aceder;

- O Banco de Portugal entende que não havia qualquer insuficiente reconhecimento de imparidades que determinasse uma urgente necessidade de recapitalização; que nunca qualquer ameaça de resolução (fantasma agitado pelo Governo para justificar as opções mais gravosas para os contribuintes) foi alguma vez sequer abordada no Conselho de Governadores do BCE, a autoridade máxima; e, mais relevante de tudo, que a dimensão do elevadíssimo valor da recapitalização reclamada foi resultado de uma alteração do critério de avaliação das imparidades, de uma lógica normal, até aí utilizada, de “ongoing concern” (continuidade), para uma lógica de liquidação, alteração da exclusiva responsabilidade da Administração da Caixa e do seu acionista, o Governo, assim carregando nos encargos para nós todos, contribuintes;

- A auditoria especial à gestão que está a ser realizada pela Ernst and Young nada tem de independente como reivindicado pela Assembleia da República, sendo o respetivo caderno de encargos da exclusiva responsabilidade da Administração da Caixa e do acionista, sem intervenção do Banco de Portugal.

Pouco ou nada disto tem merecido a devida divulgação pelos media ou desassossegado a mansidão (quem os viu e quem os vê!) com que o PCP e o BE escrutinam o que se passou no banco público.

Não dá jeito.

Aos cortesãos é inconveniente denunciar que o rei vai nu.

(*) Coordenador do grupo parlamentar do PSD à Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues.



10 de Junho: o Dia de Portugal no Mundo

Carlos Gonçalves (*)

O 10 de Junho, Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas, é uma data com um simbolismo muito grande para os portugueses pois é o dia em que se homenageia a Nação, se evocam os valores da Pátria e da cultura e se associa, com toda a justiça, a essas comemorações, às Comunidades Portuguesas.

É exatamente no seio das nossas comunidades que o Dia de Portugal é celebrado mais efusivamente e até, permitam-me que o diga, de uma forma mais sentida com a realização, por esse Mundo fora, de inúmeros eventos para a promoção da nossa língua, da nossa cultura, dos nossos valores e dos nossos símbolos mais importantes, numa demonstração apaixonada de patriotismo e amor a Portugal.

A decisão, da Presidência da República, de estender as comemorações oficiais do 10 de Junho a duas cidades brasileiras com importantes comunidades portuguesas, São Paulo e Rio de Janeiro, é a clara demonstração do reconhecimento da importância das comunidades no seu todo, da relevância que assumem para o nosso País e o sinal inequívoco de que Portugal não pode mais viver separado das suas gentes da emigração.

Ao comemorar-se oficialmente, em 2017, este dia no Brasil, junto dos nossos compatriotas, estamos, ao mesmo tempo, a afirmar um Portugal repartido pelo Mundo que ultrapassa, em muito, as suas próprias fronteiras e o seu território. As comunidades são o prolongamento natural de um Portugal que se revê no seu povo independentemente de onde este resida.

Como sempre afirmei, estes portugueses que residem no estrangeiro sentem o nosso País de uma forma especial e, cada vez mais, querem estar envolvidos nas decisões que dizem respeito ao futuro do nosso País. Para tal, e como o PSD sempre defendeu, é importante e desejável que sejam, de uma vez por todas, criadas as condições e desenvolvidas as políticas para uma participação cívica e política mais efetiva de todos esses nossos compatriotas de forma a englobar as aspirações e anseios dos nossos expatriados nas preocupações do todo nacional.

O PSD, partido de emigração, de há muito que entendeu esta ligação das comunidades a Portugal e, como tal, procurou sempre de forma empenhada defender os seus interesses promovendo a sua efetiva ligação ao nosso País e procurando desenvolver as políticas necessárias para solucionar os seus problemas. Por isso mesmo temos lançado várias iniciativas legislativas que vão ao encontro da vontade das nossas comunidades em ter uma maior representação política no nosso País, procurando alargar os seus direitos e facilitar a participação nos processos eleitorais.

No entanto, num momento em que se discutem, no Parlamento, as questões do recenseamento e da alteração das leis eleitorais em Portugal, algumas forças políticas levantam de novo um conjunto de problemas relacionados com a prova da manutenção de laços de afetividade destes portugueses com o seu país de origem. Ora, a forma como o 10 de Junho é celebrado nas comunidades portuguesas é, para mim, essa prova inequívoca da ligação das gentes da emigração ao nosso País que alguns tanto pedem.

Mas se o 10 de Junho é um momento importante para a afirmação das nossas comunidades não posso, na passagem deste dia, de deixar uma palavra especial de solidariedade para com todos os portugueses que passam por momentos mais complicados na Venezuela em resultado da instabilidade que se instalou neste país que alberga uma importante comunidade portuguesa.

O 10 de Junho é muito mais do que apenas o dia de Portugal é, acima de tudo, o dia de Portugal no Mundo, um Portugal que não se esgota nas suas fronteiras mas que se encontra repartido pelo Mundo. Para o PSD é evidente que a definição de políticas estruturais para o futuro de Portugal terá sempre de incluir as gentes da emigração pois elas são uma mais-valia que o País não pode nem deve desperdiçar.

(*) Deputado à Assembleia da República

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt

**ÁREA OESTE DISTRITAL / LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia 24 de Junho 2017, (sábado) pelas 18h00, na sede, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 9-1º Drt – Sobral de Monte Agraço, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
1 - Análise da situação política

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa para reunir no próximo dia 29 de Junho de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
1 - Análise da situação política
2 - Autárquicas 2017
3 - Outros assuntos

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 03 de Julho de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Clara Vaz, nº 1 - 2º Esq., com a seguinte

- Ordem de trabalhos
1 - Eleições Autárquicas 2017: apreciação das candidaturas e aprovação do Programa Eleitoral da Coligação
2 - Análise da situação política local e nacional
3 - Outros assuntos

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 29 de Junho de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita, na Av. dos Templários, 309 Dto. com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 - Informações
2 - Autárquicas 2017

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão para reunir no próximo dia 24 de Junho de 2017 (sábado) pelas 17h00 na sede, sita, na Rua Infante D. Henrique nº 110, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 - Leitura e aprovação da acta do plenário anterior
2 - Informações
3 - Análise situação política (acordo PSD/CDS)
4 - Análise situação financeira da secção de Portimão
5 - Outros assuntos

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Junho de 2017 (quarta-feira) pelas 21h00 na sede, sita, na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 - 1º Esq., com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
1 - Informações
2 - Eleições Autárquicas
3 - Análise da situação político - partidária

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2017 (terça-feira) pelas 21h00 no Auditório do hotel Axis Viana, sito na Av. Capitão Gaspar de Castro, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
1 - Autárquicas 2017
2 - Outros assuntos

**VILA DO CONDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Vila do Conde, a reunir no dia 7 de julho de 2017, pelas 21.30h, na sede concelhia de Vila do Conde do PSD e da JSD, sita na Praça da República nº 7 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional;
2 - Estratégia política para as Eleições Autárquicas 2017;
3 - Outros assuntos.

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Plenário Concelhio da JSD de Pinhel para reunir da Sede no PSD de Pinhel, no próximo dia 25 de Junho, às 21h na Rua da República, Pinhel com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Discussão da situação interna da JSD
2 - Mandatário para a Juventude - Autárquicas
3 - Eleições Autárquicas 2017 - discussão de candidatos da JSD nas listas do PSD.
4 - Outros



ÓRGÃO: MESA DO CONGRESSO NACIONAL

DOCUMENTO: RATEIO PARA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DAS ESTRUTURAS RESIDENCIAIS AO CONGRESSO DISTRITAL JSD BRAGA

Concelhia	Menores	Maiores	Total	Percentagem de militantes	Delegado atribuído por concelhia, se preenchidos os requisitos estatutários para tal (15 militantes)	Delegados atribuídos método d'Hondt	Total delegados a eleger
Amares	0	102	102	3,06%	1	3	4
Barcelos	4	412	416	12,48%	1	12	13
Braga	68	470	538	16,14%	1	16	17
Cabeceiras de Basto	8	75	83	2,49%	1	2	3
Celorico de Basto	1	78	79	2,37%	1	2	3
Esposende	8	120	128	3,84%	1	3	4
Fafe	3	64	67	2,01%	1	2	3
Guimarães	152	429	581	17,43%	1	17	18
Póvoa de Lanhoso	51	253	304	9,12%	1	9	10
Terras de Bouro	1	14	15	0,46%	1	0	1
Vieira do Minho	0	47	47	1,41%	1	1	2
Vila Nova de Famalicão	31	469	500	15,00%	1	15	16
Vila Verde	75	381	456	13,68%	1	14	15
Vizela	0	17	17	0,51%	1	0	1
Total	402	2931	3333	100,00%	14	96	110

Notas explicativas:

Nota 1: não havendo Órgãos Distritais na plenitude de funções a Mesa chama a si o processo eleitoral.

Nota 2: o distrito de Braga tem presentemente, de acordo com as estatísticas facultadas pelos Serviços à Mesa do Congresso Nacional, 3333 militantes, sendo 402 menores e 2931 maiores.

Nota 3: de acordo com o Regulamento dos Conselhos Distritais da JSD, no seu artigo 27º, nº 1, alínea c, II, o Conselho Distrital é composto por 110 delegados eleitos rateados pelas concelhias, sendo atribuído primeiramente a todas as concelhias, se preenchidos os requisitos estatutários para tal, sendo os restantes distribuídos proporcionalmente, por método d'Hondt, pelas concelhias.

Nota 4: têm direito a voto os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias em efetividade de funções, ou quem os represente estatutariamente.

Nota 5: não havendo Órgãos Distritais na plenitude de funções não são atribuídas as inerências de voto do Presidente e do Secretário Geral.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

José Miguel Filipe Baptista.